

Teatro de bonecos (foto) leva alegria para crianças internadas no Hospital Regional da Asa Norte.

PÁGINA 32



Iano Andrade/CB

BRÁSILIA, SEXTA-FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 2005
 Editora: Samanta Sallum//
 samanta.sallum@correioweb.com.br
 Subeditores: Ana Paixão, Roberto Fonseca,
 Valéria de Velasco e Wilmar Alves
 Coordenadora: Taís Braga//
 taís.braga@correioweb.com.br
 e-mail: cidades@correioweb.com.br
 Tels. 3214-1180 • 3214-1181
 fax: 3214-1185

CONDOMÍNIOS

Desde janeiro, Gerência Regional de Patrimônio da União suspendeu 640 construções em parcelamentos irregulares que ficam em terras federais e estão em fase de legalização. Moradores temem prejuízo

Obras embargadas

CECÍLIA BRANDIM
 DA EQUIPE DO CORREIO

A decoradora Sandra Regina Heringer, 36, investiu alto para morar no condomínio Vivendas Bela Vista, que fica na região do Grande Colorado, em Sobradinho. Ela comprou o terreno há um ano por R\$ 65 mil. A expectativa de regularização, criada com a assinatura do convênio com a União este ano, animou a família de Sandra a construir. "Pensava que (o convênio) se tratava das normas de venda, se nós teríamos prioridade para comprar a terra", diz.

Mas de acordo com a Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU), que administra as terras federais no Distrito Federal, o convênio (leia quadro ao lado) previa a interrupção das construções até a conclusão do processo, que tem como último passo a emissão das escrituras. A GRPU endureceu a fiscalização nas ocupações dos imóveis em áreas da União a partir de janeiro, depois de iniciar as conversas com os moradores dos condomínios Lago Azul, Bela Vista, de Vicente Pires e do Lago Oeste, com o objetivo de regularizar as áreas.

Desde o começo do ano, 640 lotes tiveram as construções embargadas pela GRPU. Mas as notificações não produziram o efeito esperado. Em muitos locais, as obras continuam. Os moradores querem negociar com o governo. Para quem ficou impedido de construir, a imposição do convênio pode representar um enorme prejuízo. O síndico do Bela Vista, Wilson Parejas, diz que os moradores nesta situação temem perder os lotes quando forem colocados à venda. "Vamos conversar com a GRPU para analisar a questão. Se não conseguirmos, vamos à Justiça", afirma. Dos 728 lotes do Bela Vista, 62 foram embargados. Na avaliação do preço das terras, que será feita pela Caixa Econômica Federal, os lotes vazios ficarão mais baratos.

Benefetorias

Parejas contesta os números da GRPU. De acordo com o síndico, são 60 lotes desocupados e 11 tiveram as obras embargadas. "Essa medida faz sentido em Vicente Pires, onde estão construindo às margens do córrego e área de nascente. O nosso condomínio não tem mais para onde crescer. Qual o problema de construir as casas?", questiona. A casa de Sandra foi autuada na última segunda-feira. Mas os operários continuam a trabalhar nas fundações. "Não importa se não pudemos construir antes, os outros puderam. Nós pagamos taxa de ocupação de área pública, taxa de condomínio. Com que direito eles chegam e dizem que nós estamos proibidos?", questiona Sandra.

O gerente da GRPU, Carlos Otávio Guedes, diz que lotes com alguma edificação tiveram autorização para continuar. Os demais foram impedidos de começar. "O congelamento dos condomínios estava previsto no convênio até que se resolvesse todo o processo fundiário. Algumas pessoas deram início às construções clandestinamente", diz. Carlos avisa que as benfeitorias do condomínio, rateadas entre os donos dos lotes, além dos gastos com taxas de ocupação, serão consideradas na definição dos preços das terras.

CONSTRUÇÕES SUSPENSAS

Em 2005, os servidores da Gerência Regional de Patrimônio da União embargaram 640 obras nos condomínios em terras da União

1 FAZENDA SÁLVIA, 2 LAGO OESTE E 3 RIACHO FUNDO II

Nas terras da União no Riacho Fundo I e II, na Fazenda Sálvia e Lago Oeste, próximos a Sobradinho, 255 locais estão proibidos de construir. Apenas os moradores do Lago Oeste já assinaram convênio com a União, no dia 13 de março.

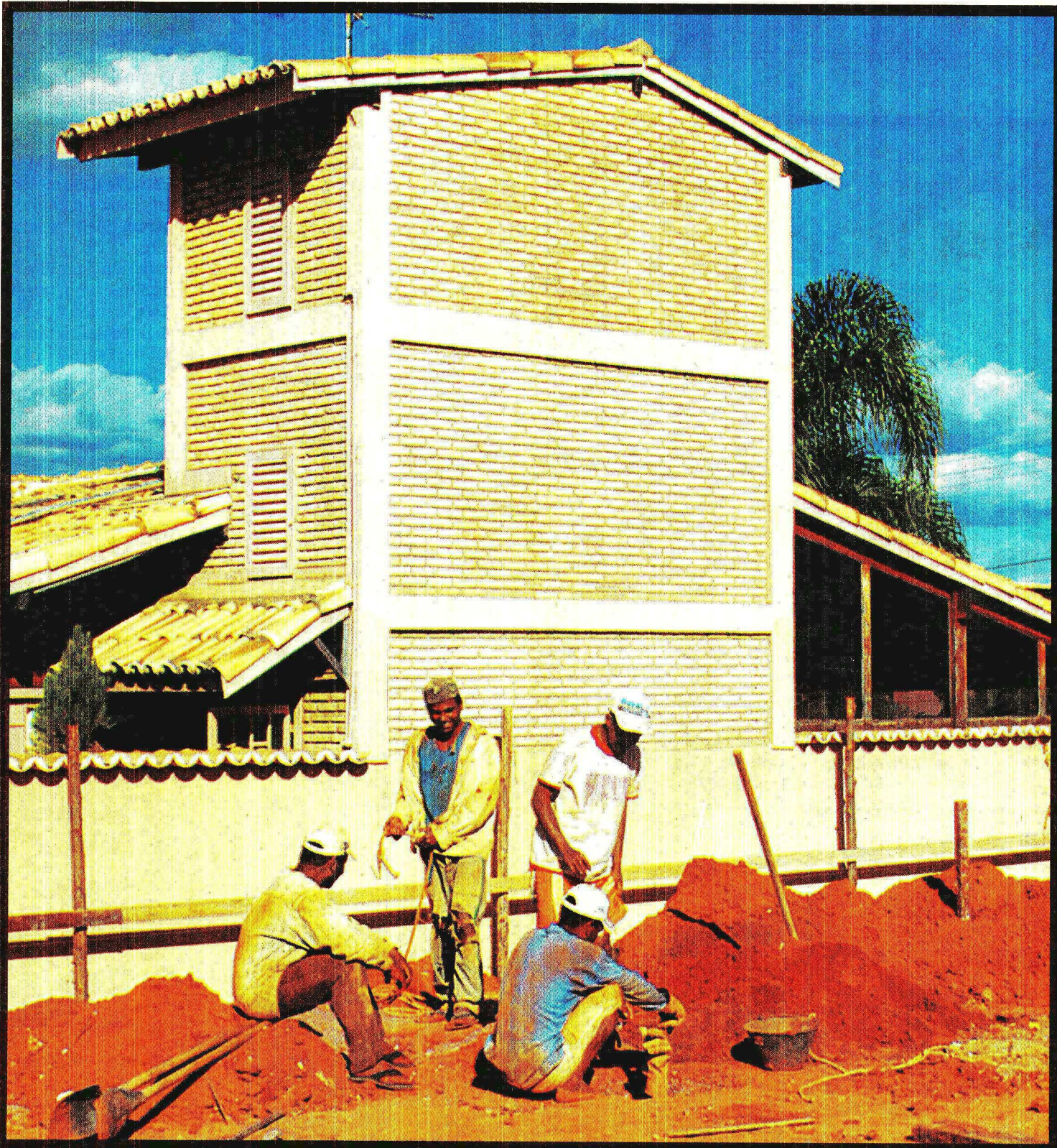
VICENTE PIRES

Os moradores da antiga colônia agrícola assinaram o convênio com o governo federal em 28 de junho. O maior entrave foi a proibição de novas construções. Na época, mais de mil lotes estavam em obras. Desde janeiro, 308 proprietários tiveram as edificações embargadas.



Fonte: Gerência Regional de Patrimônio da União

Paulo de Araújo/CB



SERVIDORES DA GERÊNCIA REGIONAL DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO EMBARGARAM NA ÚLTIMA SEGUNDA UMA OBRA NO BELA VISTA: OPERÁRIOS CONTINUAM A TRABALHAR

O QUE É O CONVÊNIO

- É um termo de cooperação técnica entre representantes da comunidade, a Secretaria de Patrimônio da União e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A parceria representa o início do processo de regularização fundiária de ocupações em terras da União.
- Até agora, os moradores dos condomínios Lago Azul e Bela Vista, de Vicente Pires e os produtores rurais do Lago Oeste assinaram os acordos com o governo federal.
- Entre as regras para emissão das escrituras aos ocupantes das terras estão a realização de estudos de impacto ambiental, aprovação de projetos urbanísticos, cadastramento dos imóveis, avaliação dos terrenos e venda.
- Um dos pontos mais polêmicos dos convênios foi a proibição de novas construções em áreas públicas. Em Vicente Pires, a assinatura do termo atrasou porque os moradores não concordavam com a cláusula que previa o "congelamento" do bairro.
- Em 30 de junho, a União firmou parceria também com o Governo do Distrito Federal (GDF). As duas esferas de governo iniciaram um trabalho em conjunto para criar uma política única de regularização fundiária no DF, incluindo terras públicas e particulares. De acordo com a Terracap, apenas 20% das ocupações irregulares estão em terras da União ou do DF.